

# AS HISTÓRIAS RECENTES NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SABER HISTÓRICO MODERNO: *HISTORIA DE LOS MOVIMIENTOS Y SEPARACIÓN DE CATALUÑA*, DE FRANCISCO MANUEL DE MELO

Maria Tereza Amado<sup>1</sup>  
Universidade de Évora

Contar *história* ou histórias é uma actividade antiquíssima –desde que temos memória– e parece ter assim uma função essencial no desenvolvimento das capacidades humanas e na manutenção do equilíbrio psíquico e social. O descobrir e relacionar novas ideias e imagens que se vão elaborando na criação de imaginários e pensamentos mais complexos; o estimular as categorias físicas de espaço e de tempo, por vezes, confundindo-as, e deturpando-as com as de espaço e tempo psicológico e histórico; e o fomentar uma memória que permita uma melhor integração do homem em si mesmo e no todo físico e social, presente, passado ou futuro; a própria assimilação individual ou colectiva de heróis e mitos, assimilação essa que implica um caminho –sempre doloroso– de identificação com o herói, sofredor mas tenaz, que, através de um processo de tensão e ansiedade, consegue, devido ao excepcional valor, superar a realidade adversa, ganhando assim um reconhecido estatuto de superioridade e uma maior confiança nele próprio; são aspectos tão genéricos, quanto comuns e fundamentais na organização do quadro das categorias explicativas humanas. Por isso todos eles se podem encontrar nas literaturas tradicionais, nos contos populares, ou nas eruditas narrativas literárias ou históricas.

Mas, se quase desde sempre se narrou *história*, só a partir da época moderna essa narração começou a ser vista como algo que não era nem imediato nem espontâneo. E também, como conhecimento que poderia ter o seu âmbito específico e um adequado campo de acção. Começava a nascer a história como disciplina (numa perspectiva historiográfica autónoma da moral e da religião, mas centrada no direito ou na acção política), considera matéria nobre dentro do quadro geral dos saberes humanistas. Um saber com reconhecido valor socio-cultural, que rapidamente se institucionaliza. Mas que não deixa de desenvolver-se e de proliferar também, fora, e em paralelo, das instituições.

O alargamento geográfico, económico, social e cultural, que a Europa sofreu nos séculos XVI e XVII, nomeadamente, no que se refere a novas situações e, portanto, a novas necessidades políticas e à descoberta de “outros mundos”, passados e coevos, permitiu e

1. Bolseira da Fundação Calouste Gulbenkian.

possibilitou uma generalizada explosão *de diferente*, que imediatamente se concretizou em variadas fixações de memória, com características e gêneros bem diferenciados. Para além das tradicionais crônicas e histórias universais (civis ou eclesiásticas), das hagiografias e dos relatos fabulosos, surgem os tratados sobre a história e a escrita da história, as “Vidas” (paganégricos e biografias), as histórias de países, regiões, cidades ou Casas, os relatos de sucessos vários e de experiência, etc., etc.

E este comum empenhamento pela vida civil, nos seus mais diferentes e variados aspectos e perspectivas, que se reflectiu também num geral interesse pela fixação de memória, presente e passada, provocando a ideia, também geral e genérica, de que a história, memória acumulada, devia ser *Lição*, significou, do ponto de vista político, uma abertura física e mental sobre a realidade do Presente; e do ponto de vista historiográfico, um alargamento de temas, de perspectivas, de objectivos e de gêneros discursivos. E ainda, uma abertura de novos espaços materiais destinados à conservação da memória e à construção da história a partir dela, e no próprio quadro socio-profissional: os escritores de história já não são quase exclusivamente religiosos, ou chanceleres, mas também filólogos, retóricos, arqueólogos, juristas, homens de formação e de acção política, ou cronistas, estes, muitas vezes, historiadores profissionais, com soldo e obrigações de escrita. Tendo-se começado por um aumento da noção de memória, acaba por haver uma questionação do seu próprio conceito tradicional, e, em consequência, uma reconversão do de História - apesar desta reconversão não ter sido nem completamente sistematizada, nem ter resultado coerentemente global, pois o pensamento histórico renascentista não chegou a apresentar uma concepção unitária ao tradicional sistema de autoridade histórica. No entanto, a forte preocupação e o grande interesse historiográfico, manifestado na elaboração das múltiplas variedades de histórias, provocaram uma reflexão ampla e variada sobre a disciplina, tendo os renascentistas acabado por analisar quase todos os aspectos relacionados com o processo do *fazer histórico moderno* - embora, muitas vezes, de maneira parcelar e mesmo contraditória, pois seleccionavam e desenvolviam características ou assuntos que pareciam relevantes, mas ignoravam as novas consequências, quer em termos da sua articulação interna, quer das alterações que elas provocavam no todo.

O estudo das diferentes correntes e posições historiográficas europeias, no início da época moderna, permite verificar que, ao nível do desenvolvimento da disciplina e do seu processo de conhecimento, se adquiriu a ideia de a história exigir documentação específica e adequada. Para isso era necessário desenvolver um caminho de investigação de fontes, identificando-as, decifrando-as e criticando-as. A conquista da noção de heurística foi de tal modo importante no renascimento, que os próprios falsários elaboravam uma fingida crítica aos documentos “originais”, que inventavam. Essa crítica funcionava como a autoridade validadora daquelas opiniões, autoridade capaz de transformar o “dito” em verdade. É, por exemplo, o conhecido caso da descoberta das Relíquias de Granada, que originou uma tão alargada polémica no pensamento histórico peninsular.

Ganhou-se ainda a noção de que, com base nesse material histórico, deveria o historiador fazer a selecção e o tratamento das fontes, em função de determinados objectivos e de uma perspectiva previamente definida. Inicia-se o processo de elaboração histórica, que deixa de ser assim identificado à realidade historicamente passada. E, a esta consciência do carácter construído do relato histórico associou-se a necessidade de reflexão acerca do seu processo de escrita, definindo, agora também, o historiador, normas e conjuntos de regras sobre o seu modo de escrever, cuja aplicação posterior permitirá elaborar discursos em que a linguagem e as formas narrativas estão adequadas ao género, tipo de obra, tema, assuntos e personagens, e, portanto, criar textos com muita maior força persuasiva.

Quanto ao desenvolvimento social e institucional, para além dos aspectos já atrás referidos, há a considerar a profissionalização do historiador, sobretudo do historiador político, que passa a ser contratado como Cronista do Rei, do Reino, ou como Historiador

Oficial, quer do Poder Central, quer de outros Poderes, com o específico fim de criar Memória escrita. Estas obras têm na maioria dos casos uma dupla finalidade: de legitimação e de compreensão dos mecanismos ocultos relacionados com o enredo político - arcaica imperii.

É o local adequado para a sua conservação e divulgação são as bibliotecas e os arquivos –“guardan sus memorias eternas los archivos”<sup>2</sup>, de cuja organização e cuidado se encarregará, também, o historiador. Isto revela, não apenas um reconhecimento profissional – exige-se uma formação completa e específica para se poder dominar saberes tão diversos e particulares - mas também social, que se manifesta na noção de prestígio associada à obra histórica e ao seu autor, aliás, prestígio esse muitas vezes fomentado pelos próprios escritores, e na de que no cume da hierarquia dos saberes está a História. Por exemplo, para Francisco Manuel de Melo esta, associada a um conhecimento psicológico profundo, é a base indispensável a todo o escol político.

O reconhecimento do valor, da importância e da dignidade da disciplina exige a necessidade da sua comunicação, verificando-se assim o início do estabelecimento de uma rede de divulgação das obras históricas, quer através do texto impresso, quer da circulação de cópias manuscritas - e no livro renascentista os elementos para-textuais tinham uma enorme força apologética e retórica.

Esta breve introdução pretende inserir *Historia de los Movimientos Y Separación de Cataluña* no género *Histórias Recentes*, enquadrando-o no contexto da historiografia renascentista, e, mais particularmente, no da historiografia política. Este tipo de discurso pode ser analisado ao nível político, procurando a formação dos responsáveis pelo poder e a legitimação desse mesmo poder na opinião pública, e ao nível da sua própria especificidade historiográfica, com valor autónomo.

Por isto, quase só nos referimos a aspectos inovadores da História Renascentista, tendo ignorado as diferentes concretizações desses pensamentos nos diversos espaços europeus e as várias narrativas de concepção e pensamento tradicional.

Analisando em termos globais o discurso histórico peninsular como prática social verificamos que as “Histórias Recentes”, dentro do contexto político e historiográfico, são profundamente inovadoras. No entanto, não foram assimiladas muitas das suas ideias e do seu método, permanecendo mesmo, uma grande parte delas, manuscritas e inéditas. A história que se publica e difunde continua a ser maioritariamente a narrativa de estrutura tradicional.

Não nos deteremos na vida de Francisco Manuel de Melo, por ela já ter sido objecto de pormenorizados estudos<sup>3</sup>. Nobre, cortesão, político e militar, esteve, até 1642, perfeitamente integrado, em termos políticos, institucionais e de mentalidade, na ordem e na ideologia do império espanhol. Participou em diversas actividades militares –por exemplo, em 1640 está na Catalunha como mestre de campo– e, num memorial de 1641, em resposta a um requerimento seu, Filipe IV, declara-o fiel vassalo e isento de qualquer suspeita, dando-lhe mercês<sup>4</sup>.

Autor de uma extensa e diversificada bibliografia política, histórica e literária<sup>5</sup>, pode organizar-se a sua obra histórica em torno de dois grandes géneros: o das *Histórias Recentes*, onde se insere a *História de los Movimientos...* e as *Epanáforas Políticas*; e o das *Vidas* (biografias e genealogias).

2. (P.M.), pg. 95

*Política Militar en avisos de Generales*. Lisboa, Of. Mathias Pereyra da Sylva & Joan Antunes Pedrozo, 1720, e (H.G.Cat.), pg. 90

*Historia de los Movimientos, y Separación de Cataluña*. Madrid, Lib. Sucesores Hernando, 1933.

3. Prestage, Edgar D. *Francisco Manuel de Mello*, Coimbra, I.U., 1933, e

Estruch y Tobella, Joan *Vida y obra de Francisco Manuel de Melo*, Barcelona, Univ. Autónoma, Fac. Filología, 1985 (tese de doutoramento).

4. Sucesos del año 1642, B.N. Madrid, Mss 2374, fl. 640.

5. Ver folha anexa.

É sobretudo, um historiador político e um teorizador da política prática, que escreve acerca da legitimação do Poder. Sobre acção político-administrativa, militar, diplomática e seus desenvolvimentos institucionais. Mas, questões fundamentais como a origem, forma, transmissão, natureza e fins da Política, são excepcionalmente referidas e sempre de modo lateral, tratando antes de definir, de maneira rigorosa e concreta, como se deve governar, qual o tipo de leis estruturadoras da prática política, quais as qualidades e saberes que devem ter os seus profissionais. Para ele, o acontecer político só pode resolver-se através do conhecimento de regras, leis com características próprias, que, sem terem um valor absoluto, logram reduzir grandes zonas de incerteza. O conhecimento que possibilita a criação dessas regras é adquirido pelas vias da reflexão sobre a prática política e da história.

Daí considerar a necessidade de uma construção histórica exigente, sintonizada com a realidade social em análise, e, portanto, conhecedora dos seus elementos positivos e negativos. Só ela terá efectiva utilidade ao Poder.

E, qual o método preconizado para a elaboração deste tipo de obras? Em primeiro lugar enuncia os princípios e os processos que estão na base do seu estudo, permitindo ao leitor entender as condições em que foi investigada a *verdade*, e portanto avaliar a própria *verdade*, o que corresponde a uma consciência moderna, quanto à criação, e a uma acção pedagógica, a favor do espírito crítico, em relação ao leitor. Por outro lado, este proporcionar sentido crítico através da informação e da exposição sistemática das condições e das razões que o levaram àquela interpretação, cria junto desses leitores mecanismos que os preparam para aceitar a *verdade* do autor. O discurso ganha, força impositiva, que se reforça também com o tratamento do leitor por tu (fórmula de aproximação e envolvimento muito ao gosto barroco, v.g. Gracian); e com o apelo à co-autoria:

“Muchos casos si se referiren de que las puedes formar, si con juicio discurrees por la naturaleza de estos sucessos; entonces sera tuyo el util, como el trabajo mio, sacando de *mis letras doctrina* por ti mismo: y ambos asi nos llamaremos autores, yo con lo que te refiero, tu con lo que te persuades (...) yo te incurso mi juizo (...) no te afrezco mi persona, que no es del caso para que perdones o condenes mis escritos. Si no te agrado, no vuelvas à leer me. (...)” (H.G.Cat., pg. 13-14). Esta atitude revela também espírito moderno pela visão da verdade como realidade inesgotável (os mesmos factos permitem novas perspectivas), e pelo sentido prático com que pretende utilizar essa verdade. Neste aspecto, Francisco Manuel de Melo confirma a posição, já noutras vezes manifestada, de que a História deve servir à vida: cada leitor, no próprio acto da leitura, irá construindo com ele a verdade histórica, enriquecendo a visão do autor com novos elementos, resultantes, da sua própria experiência, e das suas necessidades. Assim considera que a criação histórica não é puramente individual, mas deve ter dimensão colectiva, que lhe permitirá desenvolver uma projecção social mais ampla e complexa. “História hum teatro de acontecimetos, donde se fazem publicos, para utilidade dos que vierem, os vicios, & virtudes dos que passarão: nada sera tão proveitoso, como a manifestação dos segredos, & interesses dos Grandes, & Ministros da Republica, que pella mayor parte, são causa de todos os accidentes, de que periga a saude universal: os quaes não sem dano ignorão os Princeses, ou Vassallos futuros, nem sem proveito, os haverão de conhecer” (E.P., pg.75)<sup>6</sup>.

A História é portanto realidade *humana e social*, útil “aos presentes e vindoiros” (E.T., pg. 198), na perspectiva de *nova acção política*<sup>7</sup>.

6. (E Perm) - Epanáfora Triunfante.

“Restauração de Pernambuco. Anno 1654. Epanaphora Triunfante Quinta” in *Epanáforas de vária história portuguesa* Lisboa, INCM, s/d (1977).

7. (E.T.) - Epanáfora Trágica.

“Naufrágio da armada portuguesa em França. Anno 1627. Epanaphora Trágica Segunda” in *Epanáforas de vária história portuguesa* Lisboa, INCM, s/d (1977).

Daí que se afaste das concepções da História erudita, da História-deleite (H.G.Cat., pg. 13), da História-panegírico<sup>8</sup>, da História-apologia<sup>9</sup> e da História-relação, no sentido de simples narrativa<sup>10</sup>.

Deve permitir ver para além dos factos (Astrea pg. 85V), ser inteligibilidade, entendimento que projecta nas coisas públicas futuras a “claridade ganha no estudo das passadas” (E.P. pg. 8). Nesta relação de utilidade da História com o presente, considera que o melhor documento é a participação directa. Por isso prefere recorrer ao estudo de acontecimentos recentes: é mais ampla a riqueza de informação; a interpretação, sendo de factos mais próximos do presente, é mais segura e mais completa<sup>11</sup>; e é mais fácil extrair-lhes a lição, a adaptar às necessidades futuras<sup>12</sup>. Face às dificuldades da época quanto à fixação das fontes, a escolha da História recente facilitou-lhe o exercício do rigor.

A noção de documento é a base da investigação, iniciando todas as obras com informação sobre o conjunto documental utilizado e a sua origem, referindo nomeadamente o recurso a papéis que guardará (E.T., pg. 157), na presunção de que poderiam vir a ser fonte. Não escrevendo História geral, escolhe os documentos em função da perspectiva da vida pública e da doutrina, preferindo para isso as fontes dos arquivos oficiais (D. Teodósio, pg. 41/143).

Para análise da informação de que dispõe, segue o princípio de Tácito: “sina ira et studio” (I. pg. 2)<sup>13</sup>, dando importância primordial àquilo que conhece pela própria experiência<sup>14</sup>. Praticamente todas as obras são sobre assuntos em que participou directa e, por vezes, intensamente<sup>15</sup>, invocando com frequência, o conhecimento pessoal dos factos narrados e o entendimento profundo das situações.

8. “Si haviessemos de escribir los dotes de su animo era necesario no escribir otra cosa convirtiendo la Historia en Panegirico”.

D. Teod., cod 406, B. Nac. Lisboa, fl. 79 ou D. Teod., pg. 174 (D. Teod.) *Theodosio del nonbre segundo, Principe de Bragança, Duque sétimo de su Estado, natural Senor de los portugueses. Historia propria, y universal del Reino de Portugal, y sus Conquistas en Europa, Africa, Asia, y America, con sufficiente noticia de los sucessos del mundo, el tiempo de la vida deste Principe*. Porto, Liv. Civilização, 1944.

9. “porque escrevendo por mandado de príncipes poderosos e desarrooados, não vemos que fizessem história, mas uma apologia” *H.L.*, pg. 119 - (H.L.) *Colloque “Hospital das Letras” de Francisco Manuel de Melo.*, Paris, Fundação Gulbenkian, 1970.

10. “Secas, & infrutíferas se podem chamar aquellas Historias, das quaes se não tira outro fruto, que a precisa narração do successo dellas; & ao contrário, vtilissimas, & delectaveis aquellas, que sem perder o fio dos acontecimentos propostos, nos leuão por tal caminho, que juntamente chegamos ao fim da informação dos sucessos, & ao da cõprehesão de varias materias, que com a historia de elles, fazem harmonia. Por este modo de historiar (que he aquelle que eu desejo ler) pretendo escrever sempre.” *E.T.* pg. 214.

11. “Porque se nos occupassemos atentamente a conferir os antigos e modernos relatos, encontraríamos, sem dúvida, muito mais úteis os presentes que os passados. A diferença de costumes, natureza, povos e domínios põe, entre os homens deste e daqueles séculos, notável diferença. E, pelo contrário, devia ser mais útil e oportuna a lição dos acontecimentos modernos, pela maior semelhança que há entre os feitos e os interesses que vão vivendo de perto ou deles está pouco afastados. Esta é a causa de que entre os historiadores corra por infalível que a História muito antiga se deve preferir à não há muito passada, e que esta não menos se deve preferir à do presente.” *D. Teod.*, pg. 50-51.

12. “Não é fácil ajuizar agora acerca de casos passados há tantos anos” *D. Teod.*, pg. 136.

13. (T)

*Tacito Portuguez Vida, e Morte, dittos e feytos de El-Rei Dom João o Quarto de Portugal*. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 1940.

14. “Por esperar não pequeno auxílio de uma deimorada observação das coisas nossas, lendo, conferindo, praticando por toda a duração da minha vida (...) recebi Reais ordens me facilitam os arquivos do Reino e Estado (...). Dou- tos e curiosos varões (...) colaboraram nesta obra, como lhes propus pedi por cartas e officios.

Também não me esqueci de consultar os criados e subordinados deste Príncipe” *D. Teod.*, pg. 41.

V.g. *E.P.*, pg. 74 e *H.G.Cat.*, pg. 187.

15. *História da Guerra da Catalunha, Epanáfora Política, Epanáfora Trágica, Epanáfora Bélica, Astrea Constante, Pueblo Lusitano*.

Este critério de *autoridade pessoal* está ligado à ideia das possibilidades de compreensão da realidade política: a *participação* (A.P., pg. 106-107)<sup>16</sup> dum sujeito qualificado, é a via mais segura para a apreensão e o entendimento dos factos. Implicitamente está subjacente um juízo de auto-capacidade: a garantia de fazer uma idónea reflexão e análise é o melhor caminho para alcançar a verdade: “entre lo dudoso busco lo mas seguro” (P.M., pg. 145).

Quanto aos outros tipos de documentação, valoriza em primeiro lugar as fontes referidas directamente, que consultou e considerou verdadeiras, transcrevendo-as muitas vezes<sup>17</sup>. Considera depois a informação dada por outros e obtida de documentos que Francisco Manuel de Melo não pode verificar, sujeitando-a a uma análise cuidadosa e distanciando-se dela, embora informando da sua existência, quando considera que não reúne todas as condições de credibilidade (E.P., pg. 121), independentemente da qualidade do seu autor, que não questiona, nem critica: “...Contra o que (não tão bem informado como costuma) escreveu João de Barros, em sua primeira Década de Azia, antepoando a esta fundação, a de outras duas Igrejas. Da mesma sorte, he força que duvide do incêdio, que elle affirma, durou sete annos por toda a Illha.” (E.A., pg. 344)<sup>18</sup>.

Desta atitude, em relação à utilização das informações para elaborar História, resulta a distinção entre facto verdadeiro e facto verosímil, sendo clara a preocupação de, por simples aceitação de lógica interna dos relatos, não confundir verosimilhança com verdade. (E.A., pg. 278, D. Teod., pg. 75). Para distinguir entre *verosímil* e *verdadeiro* Francisco Manuel de Melo procura a ligação entre o facto verosímil e os seus elementos extrínsecos, de modo a, através destes, garantir a existência da verdade (H.G.Cat., pg. 185 e 217).

Por tudo isto, se a História moderna resulta da eliminação da História poética e da História sagrada, e da fundamentação de um corpo rigoroso de fontes documentais, tendo a reduzir-se à História humana, Francisco Manuel de Melo é um dos seus precursores. É-o também pela noção, que revela possuir, da importância do elemento historiador: se é ele que define a perspectiva, o modo de abordagem e a análise das fontes, a História é uma construção que, afastando-se da História-memória, integra como instrumento a memória, tendo em vista a elaboração de uma memória colectiva (E.P., pg. 4). Assim, a recordação do passado ganha dois sentidos: o de memória fixação-recordação (E.P., pg. 350): e o de consciência do passado, elaboração feita sobre os dados da memória fixação-recordação, para ser projectada no futuro, constituindo a memória colectiva ou para ela contribuindo (D. Teod., pg. 200). Trabalhada pelo elemento seleccionante ou abstractivo que é a razão —de que resulta uma memória seleccionada— e, em consequência de uma nova perspectiva e análise, a memória fixação-recordação permite elaborar a História-construção. É esta que dá aos governantes a informação, que uma vez adaptada às novas circunstâncias, permitirá conveniente entendimento do presente e do futuro: “Os livros políticos, e históricos q’ professara, lhe havião deixado algumas máximas improporcionadas ao humor de nossos tempos: dôde procedia intentar algumas vezes, cousas ásperas, sem outra conveniencia, que a imitação das antigas. como se os mesmos Tácitos, Senecas, Paterculos, Plínios, Lívios, Políbios,

16. (A.P.)

*Aula Política & Curia Militar achadas em os estudos preeminencias, & privilégios dos Concelhos de Estado & Guerra.* Lisboa, Of. Mathias Pereyra da Sylva & Joan Antunes Pedrozo, 1720.

17. “(...) andei por esse mundo; atentava para as cousas; guardava-as na memória. Vi, li, ouvi. Estes serão os textos, estes os livros que citarei...” C.G.C., pg. 36.

(C.G.C.) - Carta de Guia de Casados, Porto, Lello, 1971.

“Se não fosse tam sagrada a obrigação da historia, como a mesma verdade, eu escusara de entristecer minha Relação com a lembrança de propósitos indignos. Com meus próprios olhos vi, e notei, a este cabo, cometer por duas vezes tão infame desvio.” E.B., pg. 426.

(E.B.) - Epanáfora Bética

“Conflito do Canal de Inglaterra entre as armas espanholas e olandesas. Anno 1639. Epanaphora Bética Quarta” in *Epanaphora de vária história portuguesa*. Lisboa, INCM, s/d (1977).

18. V.g.-Epanáfora de Vária História, pg. 63-64, 114-115, 352 e 357; e *Hist. G. Cat.*, pg. 65, 74 e 199.

Procópios, q as aconselharão, escreverão, sendo hoje viventes, não mudarão a opinião, à vista da diferencia q fazé os annos, os interesses, e os costumes dos homens.” (F.P., pg. 120)

Surge, assim, claramente a noção de distanciamento entre o historiador e os acontecimentos históricos: ele escreve (78) sobre a realidade – “la verdad es la que dicta, yo quien escribe: suyas son las razones, mías las letras” (H.G.Cat., pg. 16)–, não a descreve. Esta capacidade de analisar a realidade fora dela cria condições para conceber a História como sistema de relações e campo de possibilidade.

O serviço político, sendo a Política coisa de *homens*, exige, na História, o reconhecimento de uma dupla marca humana: no conteúdo da narrativa e na função do historiador.

Concretizemos um pouco:

A *História da Guerra da Catalunha*, inserindo-se numa linha europeia de literatura de protesto político<sup>19</sup>, é considerada não só a mais importante das suas obras históricas (tendo sido em 1654 editada na Holanda<sup>20</sup>), como, pela objectividade do relato e pela riqueza da informação e elaboração crítica, que lhe permite explicar os acontecimentos na perspectiva de uma inteligibilidade global, a melhor análise coeva do movimento catalão. É ainda onde Francisco Manuel de Melo melhor concretiza as regras de fazer História, conjugando várias formas na organização do discurso<sup>21</sup>.

Mas, para além deste valor, tem uma função política, pois articula e reúne, numa situação concreta, os factores essenciais à acção de reinar: prática de governo, factor militar e diplomático, embora este seja tratado secundariamente<sup>22</sup>.

Tal exemplo de lição de governo, pela via negativa e positiva, concretizou-se deliberadamente na análise de um aspecto fundamental posto ao poder filipino: o da *Rebelião* - que no caso da Catalunha é levada ao seu limite, por desembocar em guerra intestina. O problema da revolta é, aliás, apresentado por Francisco Manuel de Melo em três gradações: o levantamento popular de Évora, que é um movimento espontâneo, e onde os nobres não participam (*Epanáfora Política*); a guerra interna na Catalunha, onde todos têm já de intervir, e que, simultânea à revolta portuguesa, abalou a capacidade do governo de Madrid (*História da Guerra da Catalunha*); e o golpe de estado de 1640, planeado e executado por um pequeno grupo e a que o povo adere (*Tácito*).

A atitude comum, a partir de meados do século XVI, entre os historiadores políticos, ao escreverem tratados sobre a maneira de dominar uma rebelião pela acção militar, é a de definirem como se consegue o seu esmagamento. A esta posição opõe-se Francisco Manuel de Melo, fundamentado na ideia de que a Política é mais arte de prevenir do

19. *Historia de los movimientos, y Separacion de Cataluña: y de la Guerra entre la Magestad Catolica de Don Felipe el Cuarto Rey de Castilla, y de Aragon, y la Deputation General de aquel Principado. Dedicada, ofrecida, Y consagrada a la Santidad del Beatissimo Padre Inocencio Décimo...* por Clemente Libertino, Lisboa, Paulo Craesbeeck, 1645.

Aliás, já em 1644, L. Assarino tinha publicado, em Bolonha, *Rivoluzioni di Catalogna*. Peter Burke em “Some Seventeenth-Century Anatomists of Revolution” in *Stória della Storiografia*, 22, 1992, pg. 34-35, cita trinta autores que, na época, escreveram e publicaram histórias sobre revoltas na Europa, na década de 40.

P. Burke refere ainda a obra de Ramon Rubí de Marimón, “Relacion del levantamiento de Cataluña”, que permanece manuscrita (pg.32).

20. *Origine des premiers mouvements de rebellion en la Principauté de Catalogne et de la mort funeste de son Viceroy*, por Sieur Cosmophile, Roermond (Holanda), 1654.

“Cet ouvrage qui est la version incomplète de la *Guerra da Catalunha* nous a été envoyé par le Conservateur de la Bibliothèque de Roermond (...) aussi un exemplaire à la *Biblioteca de Catalunya* de Barcelona.” E Colomé cita ainda Frei André de Cristo: “Preguntase-lo al aplauso y a la utilidad, no solo de España, mas de Italia, y aun de Francia donde pocos tiempos ha, se tradujo con elegancia su *Cataluña*”, Colomes, Jean, “Notes” in *Le Dialogue “Hospital das Letras” de D. Francisco Manuel de Melo*, Paris, F.C.G., 1970, pg. 278.

21. Funde na sua narrativa, dando-lhe homogeneidade, formas tão diferentes como descrição física e factual, interpretação de situações, juízos próprios sob a forma de sentenças, pequena História, etc..

22. O factor diplomático é considerado por Francisco Manuel de Melo como complementar da força das armas. Para desequilibrarem a seu favor o poder, esgotadas as suas próprias capacidades, cada uma das partes procura ligar à sua causa uma força estrangeira. (H.G.Cat., pg. 99, 118, 120).

que de remediar. Por isso procura sobretudo enunciar e clarificar as regras que evitem a criação de situações de desordem<sup>23</sup>. No caso delas surgirem, interessa-lhe, não o esmagamento militar dos revoltados, mas a criação de condições políticas que façam desvanecer as suas causas (H.T.Cat., pg. 36 e 34). Estas condições não são porém referidas de modo abstracto, mas antes apontadas através da análise de situações concretas: mostra o caminho seguido pelas políticas e suas consequências; faz a desmontagem dos acontecimentos, dando-lhes nova combinação hipotética, procurando assim ensinar como se poderia ter evitado o desenlace violento<sup>24</sup> - é o caso da Guerra da Catalunha e das Alterações de Évora. Diferencia-se ainda dos tratadistas políticos que defendem o esmagamento da rebelião baseados na ideia da rebelião como própria à natureza do "vulgo", por, embora, participando nesta ideia, defender que a acção política deve evitar as situações que conduzem ao desencadear do espírito de revolta. Um aspecto fundamental desta obra é mostrar como se devem evitar os conflitos, e a estratégia necessária à acção militar no caso de eles deflagrarem. A *História de Guerra da Catalunha* tem ainda uma finalidade imediata de política prática<sup>25</sup>: colaborar na campanha de legitimação do movimento restauracionista, que em Portugal tem um dos seus elementos na impressão de obras caralãs que justificam a sua rebelião<sup>26</sup>, e outro na literatura portuguesa

23. *H.G.Cat.*, pg. 35 e *P.M.*, pg. 197-198.

24. V.g., Francisco Manuel de Melo e Elliot coincidem na ideia de que os catalães se teriam apaziguado se o rei fosse até eles e lhes reconhecesse alguma autonomia, atenuando a ingerência de Madrid através de uma dependência mais directa do soberano. Ver: *H.G.Cat.*, pg. 34, 91 e seg, e Elliot, J.H., "Revueles en la monarquia española" in *Revoluciones y rebeliones de la Europa moderna*, Madrid, Alianza, 1975, pg. 128 e 129.

25. *Historia de los Movimientos...* dedicada ao Papa Inocênciao, foi escrita por encomenda oficial, sob o pseudónimo de Clemente Libertino, inserindo-se num conjunto de obras portuguesas e catalãs sobre a guerra da Catalunha. Estas obras acabam por ser polémicas em duas frentes: pela oposição Catalunha/Madrid, com as respectivas respostas: por exemplo, (Bibl. Nac. Madrid. Mss 2329, 2396, 2377, 2286, 7593, 12179, 2336, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377 e utilizadas em Lisboa pela oposição Lisboa/Madrid.

Esperamos brevemente concluir esta análise triangular das polémicas.

26. Apoyos de la verdad catalana contra las obieciones de una justificación, que se hizo en nombre del Rey catholico contra esta provincia. Con los cargos, que injustamente se le impusieron por vnos papeles volátes, y descargos (sic) a ellos. Lisboa: Jorge Rodriguez, 1642. MARTI Y VILADAMOR, Francisco - *Noticia Vniversal de Catalunya. En amor, seruiços, y finezas, admirable. En agravios, opressions, y desprecios, sufrida. En constituciones, privilegios, y libertades, valerosa. En alteraciones, movimientos, y debates, disculpada. En defensas, repulsas, y euasiones, enco-gida. En dios, razon, y armas, prevenida. Y siempre en su fidelidad, constante. Alos muy ilustres consellerses, y sabio Consejo de Ciento de la ciudad de Barcelona.* Lisboa: António Alvarez, impressor: del Rey, 1641.

SALA, Gaspar - *Epitome de los principios y progressos de las guerras de Cataluna en los años 1640 y 1641 y senalada vitoria de Monjuque. Escrívelo el p.m.f. Gaspar Sala del Orden de San Augustin, catedratico de Theologia de la Universidad de Barcelona, y lector magistral de la Sancta Iglesia de Lerida. Dedicado a los muy ilustres señores deputados, y obidores y a los muy ilustres senos consellerses, y sabio Consejo de la ciudad de Barcelona.* (-) Por mandado de los señores deputados. En Barcelona. Por Pedro Lacaualleria. Año 1641. E agora impresso em Lisboa pello mesmo original, Lisboa: Antonio Alvarez, impressor del Rey, 1641.

SALA, Gaspar - *Segredos publicos pedra de toque dos intentos do inimigo, & luz da verdade que manifesta os enganos, e cautelas, de huas papeis volantes, que vai espalhando o inimigo por o principado de Catalunha com tres cartas del Rey Christianissimo, et duas do Arcebispo de Burdeos, que cõ tem a entrada naval em Catalunha, et a vitoria da dita armada, et hua pouissão do serenissimo Rey de Portugal em fauor dos catalães. Por mandado, & ordem dos muyto illustres señores deputados, 6 ouidores. Traduzido de catalão em portugues. A custa de Lourenço de Queiros liureiro do estado de Bragança.* Lisboa: Lourenço de Anueres, 1641.

*Famosa rota dos hespanhoes junto a Tarragona pello exercito del Rey Christianismo, governado por monsiur (sic) da Mota Hlondcourt, & sucessos venturosos do ditto senhor desde quatorze de Agosto até dons de Setembro de 1641.* Em Lisboa, Jorge Rodriguez, 1641.

Luís XIII, Rei de França - *copia da carta que el Rey Christianissimo escreveo e sev Parlamento acerca da conjuraçam descuberta, & intentada por artificios de Castella cõtra seu Estado.* Lisboa, Domingos Lopes Rosa, 1642.

*Relaçam verdadeira de huma assinalada vitoria, que a armada naval do Christianissimo Rey de França governada pello arcebispo de Burdeos teve na costa de Catalunha cõtra hua poderosa de quareta & hua gales del Rey de Castella em o mes de Julho deste presete anno. Traduzida de frâces na lingua portuguesa.* Lisboa Antonio Alvarez, 1641.

apologética da legitimidade dessa rebelião<sup>27</sup>.

Francisco Manuel de Melo escreve “los casos memorables que en nuestros dias han sucedido en Espana, en la provincia de Cataluna, cuyos movimientos alteraron todo el orden de la republica, a vista de los cuales estuvo pendiente la atencion politica de todos los principes y gentes de Europa” (H.G. Cat., pg. 15), tratando a revolta na perspectiva de análise dos “acciones de grandes principes y otros hombres de superior estado” (H.G. Cat., pg. 14). Estas acções não são vistas, apenas, através dos factos que as integram, mas são resultado de uma fina observação das personalidades dos seus agentes, da sua preparação, e dos seus comportamentos<sup>28</sup>. O desenvolvimento da narrativa está centrado na descrição psicológica, na capacidade de os indivíduos agirem adequadamente nas várias situações, e nas consequências de uma actuação não conveniente<sup>29</sup>. É feita uma análise relacional, lógica, da revolta, segundo um esquema temporal, recuando a 1639, para explicar a génese dos acontecimentos, subordinando, no entanto, a cronologia ao próprio ritmo dos sucessos. Assim, vai-nos dando o alastrar da revolta a partir de Barcelona, até convulsionar o Principado<sup>30</sup>. Há, em relação ao espaço, uma valorização na informação dos lugares de acção bélica, estando as descrições do território condicionadas à importância dos factos que neles ocorreram.

Quer o espaço físico, quer o tempo, são tratados com rigor, mas a sua utilização é sempre subordinada à dimensão do espaço e do tempo políticos, de que são suporte<sup>31</sup>. Esta maneira de encarar a narrativa histórica não tem qualquer ligação com o tipo de história geral, narrativa e cronológica, de que falámos atrás..

A perspectiva que Francisco Manuel de Melo tem da guerra da Catalunha integra-se na sua visão global, de crise, do império espanhol. Por isso, falando das “fadigas de este império” (H.G.Cat., pg. 113) e das suas revoltas e guerras (H.G.Cat., pg. 84 e 109), refere as lutas na Viscaia, Mérida, Valência, Aragão e Navarra; e ainda em Portugal, Países Baixos, Alemanha, Lombardia, Nápoles e Sicília, Borgonha e Alsácia, Índias e Brasil. Em relação a Portugal e à Catalunha, considera que “são irmandades” (H.G.Cat., pg. 206-208)<sup>32</sup> tratadas, sem consideração pelo seu foro próprio, por um poder central absorvente e estático.

Veja-se, rapidamente, a estrutura do livro: há uma situação generalizada de descontentamento e de miséria, devido ao aumento das cargas fiscais e das violências castelhanas. Explode a acção, inicialmente sem fim definido que não fosse o protesto; e o povo mata S. Coloma, Vice-Rei. Madrid responde com repressão e a revolta alastra (H.G.Cat., pg. 93).

As causas da rebelião são dadas com diferentes níveis de profundidade: a má governação, quer por falta de preparação política (H.G.Cat., pg. 34), quer pela *paixão* de *Grandes* e subordinação aos seus próprios interesses do “Estado” (H.G.Cat., pg. 94), associada a uma demasiada grandeza do Império (que exige forças e cabedais de que se não dispõe)

27. MASCARENHAS, Inácio - *Relaçam do sucesso, que o padre mestre Ignacio Mascarenhas da Companhia de Iesu teue na jornada, que fez a Catalunha, por mádado de S.M. El Rey Dom Ioam o IV nosso senhor aos 7 de Janeiro de 1641*. Lisboa, Lourenço de Anueres, 1641.

*Relaçam de grande victoria que o Marichal de la Motta Houndancourt, alcançou dos castelhanos em Catalunha cõ o rol dos mortos, & prezos*. Lisboa, Antonio Alvarez, 1642.

*Relaçam dos combates, que a armada del Rey christianissimo, de que he general o Marquez de Brese, teue com a armada de Castella governada per o duque de Ciudad Real, nos meses de Junho, & Julho passado de 1642*. Lisboa, Domingos Lopes Rosa, 1642.

*Relaçam da victoria que o dvque de Brese general da armada de França, teue contra a de Castella, em a batalha que se derão à vante de Cartagena aos 4 de Setembro passado, composta de vinte & cinco navios de guerra, a saber cinco galeões, seis navios framengos, & 14 fragatas de Dunquerque, aqual (sic) desbaratou com per da de quatro navios: em que entrou a capitania de napoles, hum galeão, & mais dous navios com 170 peças de artilheria, & 1500 homens entre mortos; & prisioneiros*. Lisboa, Antonio Alvarez, 1643.

28. V.g. Conde Duque, Santa Coloma, Velez e San Jorge.

29. V.g., Elogia e aprecia as qualidades de San Jorge, mas mostra como a sua falta de experiência política - “no quiso o no supo mirar la incertidumbre” o levou à morte. (H.G. Cat., pg. 248-249).

30. Como é do conhecimento geral o Principado da Catalunha não corresponde à actual Província da Catalunha.

31. Idêntico tratamento do espaço e do tempo é feito em *Epanáforas*.

32. H.G. Cat., pg. 163, 204, 241.

aceleram e generalizam a sua própria ruína. Por isso as forças contrárias à hegemonia castelhana não se manifestam apenas na Catalunha.

São ainda tratadas as causas próximas da rebelião: as discórdias entre a França e a Espanha, provocam um aumento de esforço para os catalães - gente, dinheiro, impostos, invasão do Principado por tropas castelhanas, com as consequentes violências (H.G.Cat., pg. 45 e 78) - resultando o agravamento da intervenção do governo central. Finalmente, Madrid não reconhece a contribuição da Catalunha para a vitória, gerando novas exigências por parte dos catalães: "Los quejosos habian antes gastado toda la paciencia inutilmente, ahora lo pedian todo con inconsiderada ejecucion" (H.G.Cat., pg. 64). A incapacidade do governo castelhano para responder adequadamente às situações inesperadas que vão surgindo cria a ruptura. Com efeito, às sucessivas delícias da Catalunha para negociar soluções, às suas reivindicações e protestos (H.G.Cat., pg. 104), o governo central responde sempre do mesmo modo: insensível aos aspectos políticos do problema, só sabe procurar a solução na tentativa de esmagamento pela força das armas. Esta verificação de Francisco Manuel de Melo<sup>33</sup> é também feita, através do estudo de fontes documentais espanholas, por Elliot<sup>34</sup>.

Com tal análise, o autor de *Historia de los Movimientos...* esclarece, pela negativa, a primeira regra subjacente a esta sua obra: saber governar. E aqui está implícita uma segunda: não sabendo encontrar oportunamente as convenientes soluções políticas, os governantes perdem o domínio dos acontecimentos, encaminhando as sociedades para a desordem e anarquia (H.G.Cat., pg. 30). A proclamação da República pelos catalães, depois de sujeitos a extremos de violência por Madrid, e a posterior submissão à soberania do rei de França, são um caso limite de destruição política, e demonstram as consequências da incapacidade de governar. E assim passamos da ciência política ao segundo tema do livro: a estratégia militar ao serviço da Política.

Da análise que faz desta luta, extrai as enunciações de *Política Militar*, mostrando como a inteligência, o tacto político e a manha (H.G.Cat., pg. 233) - qualidades que faltaram à Espanha e tiveram catalães e franceses - superam a força.

Da observação dos sucessos militares, resulta clara a ideia de que a situação de guerra destrói toda a possibilidade de normalidade social, criando uma situação progressivamente incontrolável de sofrimento e de destruição, que explode no caos: "todos lloraban: los gritos y clamores no tenian numero ni fin: todos pedian sin saber lo que pedian, todos mandaban sin saber lo que mandaban: (...) mirabanse disformes cuchilladas profundisimos golpes é inhumanas heridas: los dichosos eran los que se morian primero: tal era el rigor y crueldade, que ni los muertos se escapaban." (H.G.Cat., 257-258).

Concluindo, "Historia de los Movimientos" é um discurso, coerente e fechado, sobre o Poder, considerado o termo no sentido amplo de persuasão para a prática de condutas, e, portanto, no de que, *saber - comunicado* também é Poder.

Francisco Manuel de Melo é, assim, um autor profundamente interveniente, a todos os níveis da sua escrita, no esforço de manutenção de uma determinada ordem social.

E se, numa primeira leitura, o surpreendente é a capacidade de análise psicológica dos indivíduos, nas mais diversas situações, o descortinar e o modo preciso e expressivo com que nos dá a sua dimensão interior, também, numa análise mais cuidada, se verifica que, nunca as figuras de tratadas aparecem como indivíduos isolados, mas antes socialmente inseridos e sempre representantes de Instituições.

Por tudo isto, se considerarmos que o pensamento histórico moderno se foi desenvolvendo num campo relacional, que teve como núcleos estruturantes a memória do pas-

33. Posteriormente, Francisco Manuel de Melo, na *Epanáfora Política* mostrará que o mesmo processo foi seguido para as alterações de Évora em 1637.

34. O estudo de Elliot, com um extenso conjunto documental refere a obra de Francisco Manuel de Melo (pg. 526), confirmando a qualidade das fontes, a fidelidade do relato e a objectividade das conclusões da obra. Ver: Elliot, J.II, *La Rebelión de los Catalanes (1598-1640)*, op. cit., passim, em especial pg. 523-524.

sado e do presente, a política e a linguagem, não podemos deixar de situar o seu arranque no Renascimento, nem de valorizar a história política pelo papel que desempenhou na criação do novo sistema de conhecimento histórico. Nem deixar de referir, pelo seu pequeno mas coerente e sólido contributo, o nome de Francisco Manuel de Melo.

OBRAS Y LIBROS IMPRESSOS	HISTORICAS	SOLENES	MEMORIAL DE LA VERDAD LAMENTO DE LA NOBLEÇA
Corona Trágica Polytica Militar Historia de Cataluña Ecco Polytico El Mayor Pequeno El Fenis de Africa La Segunda parte del Fenis El Manifiesto Real Las Tres Musas El Segundo Coro El Tercer Coro El Panteon Jornada de la Flota Carta de guia Casados Epanaforas La Declaracion La Demonstracion La Vitoria del hombre Las Epistolas Familiares	El Theodosio El Tacito de Portuguez Segunda Parte de la Epanaforas Historia General Aparato Genelogico Historia Ilustre Relaciones del Oriente Relaciones del Infante Relaciones Gloriosas Relaciones de la America Historia de los Infantes	De Arte Cabalistica De Arte Simbolatoria De Arte de Cortesia De Arte Suassoria De la Mano Real De las Precedencias de Palatio Concordantias Matematicas De la Perfeta Amistad De Aflicion y confortacion El Officio de San Juan Baptista	<b>VARIAS</b>  Tratado de las Insignias Militares De las Precedencias de las Naciones Del Modo de tratar a los vendidos Del Officio del Mariscal Sobre la Tregua con los Estados Aparato de los Escritos Diario del Brazil Itinerario de la Europa Segunda Parte del Itenerario Triunfo de la Inocencia Las Fineças mal logradas La Dama Negra El Verano en Sintra
<b>LIBROS Y OBRAS NO ESTAMPADAS</b>	<b>POLITICAS</b>	<b>EXQUISITAS</b>	<b>IMPERFETAS</b>
Metricas La Iornada Gloriosa El Laberinto de Amor Los Secretos bien guardados De Burlas hace Amor Veras El Domine Lucas El Hidalgo aprendiz La Vida de D. Establo El Hombre El Libro de Oro Desculpas del Ocio Desculpas del Ocio Segunda Parte de las desculpas Psalms de la Providencia La Impossible	El Cefar de Ambos Mundos El Daniel perseguido El Thobias El Cristiano Alexandre El Consejero Inuisible Modo de emplear la Nobleça Discurso Vniuersal de la Dessença Politica Familiar Curia Polytica	Ancias de Daliso Cortes de la Raçon Los Relogios quando hablan La Visita de las Fuentes El Escritorio Auarlento El Hospital de las Letras La Marca de Flores Guerra del Amor y el Desden Los Tornos de Palacio Los Desinayos de Amarillis Satisfacciones a Siluio	Espiritus Morales Comentarios de la Providencia sobre Seneca Homilia sobre la Epistola Misit Homilia sobre el Verso Anotaciones a los Aforismos del Conde Anotaciones a las Epistolas de Francisco de Sã Memorial Santo
	<b>DEMONSTRAUIAS</b>	<b>FAMILIARES</b>	
	Punto en boca Declamacion Iuridica Fiel de Estado Manifiesto de los Palatinos El Tridente Manifiesto proprio Suassoria a los Nouicios Sole	La Vida de Hombre Viuo Verdades pintadas y escritas Tratado de Interpresas Segunda Parte de las Epistolas Familiares Polytica Familiar Papeles de Estado	

(4) - (A) Reprodução do inventário dos seus escritos, publicado em Obras Morales, Roma, Falco Y Vanesio, 1664, vol. 1, p.n.n.